



Núcleo de Tradução das Sociais

O presente texto foi modificado para otimizar arquivos PDF, o processo envolve a separação de uma página em duas, e o reconhecimento de texto em imagens, de maneira que o arquivo se torne grifável por meio de programas OCR (Optical Character Recognition).

Vale lembrar que, a disponibilização de arquivos digitais de qualidade na faculdade também é uma pauta de permanência estudantil, uma vez que a experiência de leitura – tão crucial num curso de ciências sociais – é extremamente influente no processo de entendimento do material.

Caso tenha interesse em participar do nosso projeto, entre em contato no instagram: @nts.usp

ALFRED STEPAN

Os Militares na Política

AS MUDANÇAS DE PADRÕES
NA VIDA BRASILEIRA

Tradução
ÍTALO TRONCA

editora artenova s.a.



rua prefeito olímpio de melo, 1774
tels. pbx 228-7124 - 228-7125
end. telegráfico. ARTNOVA
são cristóvão rio rj

dep. jornalístico
dep. gráfico
dep. editorial
studio de arte

sência de tais regras na Nigéria e na Indonésia transformou os movimentos nesses países em conflitos sangrentos, com o assassinio dos perdedores.

Um elemento extremamente importante que serviu para limitar o movimento à deposição do governo, em todos os movimentos realizados no Brasil entre 1945 e antes de 1964, fora a pouca convicção dos militares acerca de suas qualificações para governar o país. Em essência, até a década de 1960, a instituição militar brasileira orgulhava-se de sua constitucionalidade. Esta crença nas formas constitucionais de governo estava fundamentada na confiança militar de que as crises podiam ser resolvidas efetivamente pelo retorno do governo ao controle civil e pela escolha de um novo presidente, e na convicção de que os militares, em comparação com os civis, dispunham de baixo grau de legitimidade para assumir o poder.

Realmente, um dos motivos principais do fracasso do movimento para impedir a posse de Kubitschek e Goulart, em 1955, foi que, do ato de recusa dos resultados eleitorais, deveria emergir um governo civil-militar, e muitos oficiais punham em dúvida a legitimidade de um regime de tal natureza. Um importante defensor deste ponto de vista foi o general Castello Branco. Em 19 de setembro de 1955, num discurso na Escola Superior de Guerra, ele questionava intensamente a capacidade ou a legitimidade dos militares para constituírem um "regime de exceção":

Há quem argumente que a melhor maneira de os militares participarem da recuperação do país é intervir e assumir as rédeas do governo. Os mais sinceros afirmam que isto é necessário, tendo em vista a incapacidade das instituições políticas de resolver os problemas do país.

Terão realmente as Forças Armadas capacidade política para assimilar as soluções dos problemas políticos e administrativos da nação? (...) As Forças Armadas não podem, se pretendem ser fiéis à sua tradição, transformar o Brasil em outra república sul-americana. Se adotarmos este regime, ele entrará pela força, se manterá pela força e sairá pela força.⁶⁴

Não obstante, em 1964, os militares haviam decidido, de fato, estabelecer um "regime de exceção", o primeiro governo militar do Brasil no século XX. Por que ocorreu esta inversão de tudo aquilo que o presidente Castello Branco afirmara em 1955 e por que surgiu ele como líder do tipo de governo militar que criticara tão violentamente?

Obviamente, para mudanças tão acentuadas no padrão das relações entre civis e militares que perdurara entre 1945 e 1964, devem ter sido intensamente questionadas as crenças sobre as quais ele se baseava, tais como a capacidade dos civis de encontrar soluções para os problemas políticos e a dúvida dos próprios militares quanto à sua capacidade de governar efetivamente.

⁶⁴ A cópia do discurso, "Os Meios Militares na Recuperação Moral do País", encontra-se no Arquivo do Marechal H. A. Castello Branco.

PARTE III

A Ruptura do "Padrão Moderador" das Relações entre Civis e Militares e a Emergência do Governo Militar

Nove dias depois da revolução de 31 de março de 1964, o Comando Supremo da Revolução, formado pelos comandantes-chefes das três Forças Armadas, emitiu, unilateralmente, o Ato Institucional n.º 1. Nele se declarava claramente que o movimento revolucionário "depusera o governo anterior e se investia de poderes para formar um novo governo". Dizia ainda que a revolução não buscava legitimar-se através do Congresso, pois ela "se legitima a si mesma".¹ Com a autoridade de que se investira através desse Ato Institucional, o Comando Supremo da Revolução cumpriu a primeira das muitas etapas do processo de expurgo do sistema político. Em 10 de abril, publicava-se uma primeira lista, onde eram relacionados quarenta parlamentares que tinham seus mandatos cassados e cem homens públicos, líderes sindicais, intelectuais e outros políticos, cujos direitos políticos eram suspensos por dez anos.² No dia seguinte, 122 oficiais militares eram reformados.³

Evidentemente, ao contrário dos golpes de 1930, 1945, 1954 e 1955, o movimento militar de 1964 não se limitou a depor um chefe de executivo; ao mesmo tempo os militares assumiram o poder político do país, indo além dos parâmetros do padrão moderador das relações entre civis e militares que predominaram durante todo o período anterior a 1945; o conjunto do sistema político sofrera uma "mudança radical", que mergulhava suas raízes em profunda alteração da ideologia: os militares se dispunham a ser, não mais os moderadores, mas os dirigentes da política.

Qualquer análise do contexto político e militar que sofre uma alteração radical como esta deve considerar tanto as forças internacionais quanto as nacionais. Dada a grande controvérsia sobre o papel dos Estados Unidos na deposição de Goulart, convém discutir o contexto internacional, antes de tentar qualquer análise dos outros aspectos que atuaram nessa mudança radical. No tocante ao papel norte-americano, dois pontos de vista sobressaem, diametralmente opostos. O primeiro afirma que o grande país do Norte representou a principal força por trás do movimento, posição resumida no título de um livro bastante lido no Brasil, *O Golpe Começou em Washington*.⁴

¹ Excertos do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no *Diário Oficial*.

² Cf. *Diário Oficial*, 10 de abril, para a lista dos 100 cassados.

³ *Diário Oficial*, 11 de abril de 1964.

⁴ Edmar Morel, *O Golpe Começou em Washington* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965).

A opinião contrária está sumariada no depoimento, feito no Congresso norte-americano, do ex-embaixador no Brasil, Lincoln Gordon:

O movimento que depôs o presidente Goulart foi puramente brasileiro, foi 100% — não 99,44% — mas 100% brasileiro. Nem a Embaixada americana nem eu, pessoalmente, tivemos qualquer participação no processo.⁵

Estas duas posições deformam a realidade dos fatos e simplificam demasiado a sua complexidade. Os Estados Unidos *realmente* apoiaram esta mudança radical, mas a influência atribuída às pressões americanas foi bem maior do que a que realmente exerceram. Na verdade, em grande parte, ao contrário do que ocorreu em Cuba, após 1959, e no Peru, em 1969, as atitudes norte-americanas eram coerentes com algumas poderosas tendências políticas e militares nacionais conservadoras, nas quais encontraram reforço.

Considerando, em primeiro lugar, a política norte-americana com relação ao Brasil, embora talvez nenhum relato definitivo possa algum dia ser feito do papel dos Estados Unidos (estão começando agora a ser publicadas as narrações dos principais participantes norte-americanos), há evidências de que o comportamento oficial dos Estados Unidos — econômico, político e militar — teve o propósito de enfraquecer o governo de Goulart, especialmente nos últimos nove meses, e de fortalecer o governo militar do general Castello Branco, que o sucedeu. Em meados de 1963, os Estados Unidos, temerosos da crescente radicalização do governo Goulart, mudaram sua atitude com respeito ao Brasil, passando de um apoio superficial para uma oposição velada. O governo central deixou de receber qualquer garantia de ajuda, enquanto os seus opositores políticos, como por exemplo, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, obtinham tratamento preferencial. A esta política de ajuda às forças de oposição, os funcionários do Departamento de Estado denominavam de fortalecimento das "ilhas de sanidade" no Brasil. Em maio de 1964, o secretário-assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas C. Mann, descrevia esta política perante o Congresso:

Em janeiro, época em que lá estive — não sei quando realmente isso começou — estávamos cientes de que, no Brasil, o solapamento em direção ao comunismo era muito rápido. Mesmo antes de lá chegar, nós já havíamos elaborado uma política de ajuda a certos governos estaduais. Não demos nenhum dinheiro para o balanço de pagamentos, apoio orçamentário, este tipo de coisas, que beneficiassem diretamente o governo central do Brasil. Isto equivaleu a puxar o tapete sob os pés de Goulart.⁷

Na área puramente militar, os adidos norte-americanos — homens como o general Vernon Walters — dispunham de longa experiência em assuntos políticos do país e mantinham ligações pessoais bastante estreitas com oficiais brasileiros, ligações que datavam da época em que lutaram juntos na Segunda Guerra Mundial.

⁵ Cf. seu depoimento em *The Nomination of Lincoln Gordon to be Assistant Secretary for Inter-American Affairs*, Hearing before the Committee on Foreign Relations, Senate, 89th Cong., 2nd sess., February 7, 1966, pp. 44-45.

⁶ A história das relações entre Brasil e Estados Unidos neste período deve constituir matéria para um longo volume.

⁷ Reproduzido em *Unnecessary Dollar Costs Incurred in Financing Purchases of Commodities Produced in Brazil*, pelo controlador-geral dos Estados Unidos, B-146820, March 19, 1965, Appendix II, p. 21. Citado em Carlos F. Diaz-Alejandro, "Some Aspects of the Brazilian Experience with Foreign Aid", Center discussion paper n.º 77 (New Haven: Yale University, Economic Growth Center, October 1969), p. 11.

Certamente, os Estados Unidos tinham amplo conhecimento das manobras militares iminentes. Na verdade, a imprensa brasileira fez algumas especulações acerca de planos de movimento, e os brasileiros mais perspicazes sabiam mais do que o que podiam ler nos noticiários. Por sua vez, os organizadores do movimento estavam convictos, sem dúvida, de que os Estados Unidos concordariam, de modo geral, com seus planos. O fato é que o presidente norte-americano enviou congratulações aos vencedores muito antes de Goulart deixar o país. Lincoln Gordon, o embaixador americano no Brasil, converteu-se no grande defensor do aumento maciço de ajuda ao novo governo militar, e estava tão otimista a respeito da revolução brasileira que a chamou de "um dos pontos decisivos de inflexão na história mundial da metade do século XX".⁸

No governo militar, a missão USAID cresceu a tal ponto que se tornou o terceiro maior programa norte-americano no mundo.

E o que dizer da questão menos óbvia, porém igualmente importante, da tentativa norte-americana de exportar uma ideologia contra-insurrecional anticomunista? As evidências são bastante claras quanto a este ponto. Até o término da década de 1960, o governo dos Estados Unidos mantinha um monopólio virtual das missões militares estrangeiras na América Latina, com exceção de Cuba e do México. A sua política militar em relação à América Latina incluía assistência em armas, assistência técnica e amplos programas de educação. Oficiais e praças latino-americanos recebiam treinamento em escolas mantidas pelos Estados Unidos no Panamá, Fort Leavenworth, e em outros lugares, e eram intensamente submetidos às doutrinas norte-americanas na Escola Interamericana de Defesa, em Washington.

Com a ascensão de Fidel Castro e o início da guerra do Vietnã, o governo Kennedy mudou a lógica da política de ajuda militar dos EUA para a América Latina: seu principal objetivo passou da segurança hemisférica para a segurança interna.⁹ No intuito de combater os movimentos armados de "inspiração comunista", os Estados Unidos propagaram por todo os países latino-americanos a idéia de que seus exércitos deveriam desviar suas energias para a contra-insurreição e a ação cívica.¹⁰ Considerando o privilegiado acesso norte-americano a uma importante elite latino-americana — os militares — julgamos útil examinar o conteúdo ideológico das doutrinas militares dos Estados Unidos, pela possível influência que devem exercer sobre a mudança de atitudes dos militares latino-americanos.

Uma revisão dos jornais militares dos EUA mostra um aumento bastante agudo da sua preocupação com os movimentos armados internos depois de 1961. O *Índice da Biblioteca da Universidade do Ar para Periódicos Militares*, em seu volume de 1959-1961, não apresenta entradas para contra-insurreição ou ação cívica. Já no volume que abrange o período de 1962-1964, aparecem 160 entradas para contra-insurreição e mais 42 para o estudo e treinamento da contra-insurreição. Há ainda 33 entradas para ação cívica.¹¹ Uma lista dos títulos de alguns trabalhos publicados

⁸ Cf. a carta de Lincoln Gordon ao editor em *Commonweal*, XCII (August 7, 1970), p. 379.

⁹ Para um guia dos argumentos da administração para esta mudança, cf. Michael J. Francis, "Military Aid to Latin America in the United States Congress", *Journal of Inter-American Studies*, VI (July 1964), pp. 394-401.

¹⁰ Cf. Willard F. Barber e C. Neale Ronning, *Internal Security and Military Power: Counterinsurgency and Civic Action in Latin America* (Columbus, Ohio: Ohio State University Press, 1966), onde se pode encontrar uma lista detalhada da ajuda do governo norte-americano, e documentação de programas militares de estudo, bem como tratados militares formais para a América Latina.

¹¹ O *Índice da Biblioteca da Universidade do Ar para Periódicos Militares* dá uma lista de 72 publicações militares por tópico e é o ponto de partida para qualquer estudo do pensamento militar americano contemporâneo. O volume de 1962-1964 é o XV, n.º 4.

nos principais jornais militares dos Estados Unidos — todos com ampla distribuição aos militares latino-americanos — revela o tom de guerra fria e a natureza proselitista de muitos dos escritos militares, neste período, nos Estados Unidos:¹²

Curso MATA (Military Assistance Training Advisor) de Condicionamento do Exército Encurrala Soldados da Guerra Fria.
Soldados Aliados Contra-insurretos — Às Centenas.
Danem-se os Insurretos.
Cursos de Insurreição Realizados em todo o Exército.
Contra-Insurreição: Controle Global de Cupins.
A Procura e a Formação de Soldados-Estadistas.
Ação Cívica — Defesa e Prevenção da Insurreição.

Um aspecto central da doutrina norte-americana da contra-insurreição residia na crença de que, para tornar-se efetiva, ela necessitava do interesse militar e de um estudo de todas as áreas da sociedade. Um professor da Escola de Guerra do Exército Norte-Americano, escrevendo no período de 1964, declarava: "Por definição, a contra-insurreição está ligada à ação militar, política, econômica e cívica... O principal problema com que nos defrontamos é aprender a harmonizar os magníficos recursos de contra-insurreição de que dispomos numa sinfonia única, e persuadir os governos aos quais damos ajuda a aplicar suas energias e recursos contra as ameaças com que se deparam".¹³

A política dos Estados Unidos de incitação dos militares latino-americanos a se envolverem cada vez mais em todos os níveis da sociedade, a fim de moverem uma campanha efetiva contra os movimentos armados internos, implicitamente estimulou um envolvimento mais profundo dos militares no sistema político. Nesta medida, pode ser considerado um fator contribuinte para a criação de regimes militares. Num trabalho sobre política, da autoria de Einaudi, Maullin e Stepan, argumentamos que a "atenção que os Estados Unidos deram às ameaças da Esquerda foi uma afirmação de que eles haviam ignorado os problemas da Direita e até mesmo contribuído, inadvertidamente, para aumentá-los... A consciência que os Estados Unidos tomaram da seriedade da ameaça comunista e da subsequente necessidade de contra-insurreição e ação cívica, por parte dos militares latino-americanos, está produzindo resultados indesejáveis".¹⁴

Naturalmente, nos anos anteriores à tomada do poder pelos militares, estava ocorrendo, no Brasil, profundas mudanças internas que apenas marginalmente podiam ser relacionadas com a influência norte-americana. Vale notar, porém, que, no Brasil, prevaleciam muitas condições especiais que não existiam em outros países latino-americanos, os quais deram origem a relacionamentos pessoais estreitos e pouco usuais, e a perspectivas políticas entre importantes grupos brasileiros e as instituições militares dos Estados Unidos.

Um dos fatos que determinaram a estrita semelhança de objetivos e perspectivas entre elementos militares brasileiros e a missão militar americana foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Brasil fora o único país da América Latina

a enviar tropas combatentes para a guerra; uma divisão, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), lutou na Itália, integrando o IV Corpo de Exército comandado pelos americanos. Daí resultou uma integração do material, da organização, de procedimentos e táticas brasileiros com os norte-americanos, integração que não encontra paralelo no restante da América Latina. E, o que é igualmente importante, esta experiência deu origem a uma série de amizades pessoais que perduram até hoje. Laços especialmente estreitos ligavam o oficial de operações da FEB, Castello Branco, posteriormente o primeiro presidente do governo militar no Brasil, e o oficial de ligação entre o IV Corpo norte-americano e o contingente brasileiro, Vernon Walters, que viria a ser o adido militar dos Estados Unidos no Brasil, no período de 1962 a 1967.¹⁵

Outro legado da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi um relacionamento especial entre os aliados, incorporados no acordo que criou a Comissão Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos, a qual existe até hoje. O acordo institucionalizou um programa de trocas de alto nível em assuntos de segurança, que não se encontra em outros tratados bilaterais na América Latina.¹⁶

A grande extensão territorial e as possibilidades do Brasil como potência mundial também tiveram implicações especiais nas relações entre os dois países. Como o Brasil se considerava um aprendiz de potência mundial, os militares brasileiros participavam de operações militares ultramarinas numa medida não-igualada por qualquer exército latino-americano. Além da participação na Segunda Grande Guerra, o Brasil integrou por muitos anos a Força de Paz das Nações Unidas em Suez. Um general brasileiro foi o primeiro comandante da força aérea das Nações Unidas no Congo.¹⁷ As aspirações de potência mundial explicam também a atenção especial que o Brasil devota à ideologia de guerra fria das grandes potências, que contém doutrinas como as de guerra nuclear total e limitada e depois a de estado de guerra interno.¹⁸

Para os Estados Unidos, a grande extensão territorial do Brasil contribuiu para um relacionamento intenso que poderíamos chamar de "atração por medo". Este medo, que se intensificou especialmente e muitas vezes se tornou declarado, no período de 1961 a 1964, tinha suas origens no fato de que o Brasil, tendo fronteiras com quase todos os países da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador, se se tornasse "pró-comunista", poderia servir de "santuário" e campo de treinamento para operações de guerrilhas para toda a América do Sul. Esta mesma posição estratégica do Brasil contribuiu, mais tarde, para determinar assistência maciça ao seu governo militar, porque ele poderia, em essência, desempenhar um papel de hegemonia anticomunista para os Estados Unidos em toda a América do Sul.

A relação de aliados entre Brasil e Estados Unidos, e a consciência que tomaram os dois países da condição potencial do Brasil para se transformar em grande potência, determinaram outros laços especiais. Uma missão de assistência americana auxiliou no estabelecimento da Escola Superior de Guerra do Brasil, onde permaneceu até 1960. Os Estados Unidos ainda (1970) são o único país estrangeiro a manter um oficial de ligação na qualidade de professor, na Escola Superior de Guerra brasileira. Os alunos da Escola também realizam visitas aos estabelecimentos militares ameri-

¹² A partir de cima, estes artigos foram publicados em *Army Information Digest* (October, 1963), *U.S. Naval Institute Proceedings* (September 1962), *Military Review* (January 1964), *Army Information Digest* (July 1962), *Marine Corps Gazette* (June 1962), *Army* (April 1963) e *Military Review* (August 1962).

¹³ Lt. Col. Jonathan F. Ladd, "Some Reflections on Counterinsurgency", *Military Review* (October 1964), pp. 76 e 78. O grifo é nosso.

¹⁴ Luigi Einaudi, Richard Maullin, Alfred Stepan, *Latin American Security Issues* (Santa Monica, Calif.: The RAND Corporation, P-4109, April 1969), p. V.

¹⁵ O significado da FEB é discutido amplamente nos Capítulos 8 e 11.

¹⁶ Para uma cópia da versão pública do acordo, cf. Barber e Ronning, *Internal Security and Military Power*, 285-287.

¹⁷ Cf. R. Reynolds, "Brazil's Overseas Military Operations", *Military Review*, XLVI (November 1966), 85-91.

¹⁸ É sintomático que o Brasil mantenha dois oficiais junto ao Comando do Exército Americano e à Escola de Alto Comando de Fort Leavenworth, com a tarefa de traduzirem para a língua portuguesa a publicação da escola, *Military Review*.

canos e muitas vezes são recebidos, de forma especial, pelo presidente dos Estados Unidos.¹⁹

As evidências indicam claramente, pois, que tem havido um relacionamento bastante estreito entre os militares americanos e brasileiros. Todavia, não justifica o argumento, lançado com muita freqüência, de que a preocupação dos militares brasileiros com a guerra interna e a contra-insurreição é fruto apenas da doutrina ou treinamento americanos. Um estudo mais minucioso da obra do General Golbery do Couto e Silva, importante teórico estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, revela que, nos meados da década de 1950, bem antes que se manifestassem as primeiras preocupações dos Estados Unidos com a contra-insurreição, o interesse de Golbery pelo assunto já era evidente.²⁰

Numa entrevista, afirmava Golbery que, na década de 1950, os teóricos militares americanos estavam preocupados essencialmente com a guerra nuclear e que a Escola Superior de Guerra do Brasil "se interessava pela guerra local e pela guerra revolucionária muito antes dos Estados Unidos, porque, para nós, a guerra nuclear era tecnicamente impossível e politicamente muito menos provável. Nossos problemas concretos, no Brasil, tornavam o medo da guerra revolucionária muito mais importante do que o era para os Estados Unidos".²¹

Outra hipótese a ser verificada é que, devido às relações especiais entre os militares brasileiros e americanos, o Brasil, mais do que qualquer outro país latino-americano, escolheu enviar oficiais e praças para escolas americanas e isto explica largamente a adoção, pelo Brasil, da ideologia da contra-insurreição. Contudo, se examinarmos as listas de diplomados estrangeiros de duas das mais importantes escolas americanas dedicadas à divulgação de doutrinas e táticas de contra-insurreição, o Centro e Escola Especial de Guerra dos Estados Unidos, em Fort Bragg, Carolina do Norte, e a Escola das Américas, do Exército dos Estados Unidos, na Zona do Canal no Panamá, veremos que, dos países latino-americanos, o Brasil tinha a menor representação. Em 1963, dos 112 oficiais latino-americanos formados em Fort Bragg, apenas dois eram brasileiros; dos 16 343 latino-americanos graduados na Escola de Guerra, no Panamá, somente 165 eram brasileiros.²² Estas cifras algo surpreendentes são resultado, talvez, do fato de que, sendo a maioria dos cursos ministrados em espanhol, o idioma se constituiu numa barreira para os brasileiros. Por outro lado, estes, pelos motivos indicados quando discutimos a entrevista de Golbery, achavam que haviam desenvolvido doutrinas próprias de contra-insurreição e que suas escolas eram tão boas quanto as norte-americanas.

Este último ponto não devia ser muito enfatizado, porque muitos oficiais do Brasil freqüentam escolas militares americanas; minhas informações revelam que cerca de um terço dos generais de carreira do Exército brasileiro, que estavam na ativa em janeiro de 1964, haviam feito algum tipo de curso nos Estados Unidos.²³

Este rápido levantamento das tentativas americanas de influenciar o curso do desenvolvimento brasileiro na década de 1960 mostra que, nos campos econômico, político e militar, os Estados Unidos apoiaram os acontecimentos que conduziram à queda de Goulart e ao estabelecimento do governo militar. No entanto, apesar

desto, não se faria justiça intelectual às complexidades da situação e à dinâmica interna da política brasileira, nem à questão global do esfacelamento dos regimes democráticos, se os explicássemos totalmente por alguns fatores externos, tais como o papel dos Estados Unidos. Mesmo que tenha existido um grupo influente de militares brasileiros com estreitas ligações com os Estados Unidos, permanece o fato de que, em 1950-1952, 1955 e 1961, o quadro de oficiais estava profundamente dividido em torno de questões como o nacionalismo, guerra da Coreia e anticomunismo. Os grupos militares que, mais tarde, em 1964, deram mostras de estarem mais claramente associados com a política de guerra fria dos Estados Unidos foram os *perdedores* nas lutas militares internas de 1955 e 1961. Assim, a tomada do poder pelos generais anticomunistas, pró-Estados Unidos, em 1964, estava longe de ser determinada de antemão.

É muito importante, pois, estudar alguns dos fatores internos que atuaram no deslocamento do centro de gravidade ideológica no meio militar brasileiro e entre muitos grupos civis. Por que uma opinião minoritária, de repente, foi aceita pela maioria? Por que a guerra interna chegou a parecer tão importante para inúmeros brasileiros, militares e civis, no início de 1964? Só podemos responder a estas questões dentro do contexto mais amplo de uma série de mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, no final da década de 1950 e começo da década de 1960, mudanças cuja tendência foi reforçar a oposição ao tradicional sistema parlamentar e mesmo à estrutura democrática da política. Esta crescente oposição era encontrada tanto entre os militares quanto entre grupos civis. A estagnação da economia e a crescente inflação provocaram, na classe média, temores de que seu *status* fosse erodido e, nas classes baixas, um real declínio nos salários. A crescente consciência da magnitude dos problemas econômicos e sociais que o governo enfrentava e a aparente incapacidade dos sucessivos governos civis para dar solução a estes problemas, produziram uma descrença na eficácia das fórmulas democráticas, tanto entre a direita quanto junto à esquerda. Grandes receios de motins na tropa criaram uma coalizão temporária entre militares que, no entanto, estavam profundamente divididos no tocante a outras questões.

Esta análise não ignora, nem tenta justificar a atuação dos Estados Unidos, mas procura situá-la na perspectiva mais ampla de mudanças que ocorriam no governo brasileiro, pois seria simplista esquecer o fato de que mudanças profundas e temores dentro do próprio Brasil, temores sentidos por civis e militares, contribuíram para criar uma atmosfera em que era ativamente desejado um golpe militar por grande número de civis. Neste aspecto, a experiência da República Dominicana foi qualitativamente diferente da brasileira, porque, em São Domingos, as forças armadas americanas invadiram o país para inverter a tendência existente na política. No Brasil, algumas tendências já existentes encontram reforço na política norte-americana. Estes e muitos outros fatores constituem uma parte central da análise, nesta Terceira Parte, dos acontecimentos que levaram ao movimento contra o presidente Goulart e à ascensão dos militares ao poder.

Duas orientações intelectuais guiam o exame dos eventos que levaram à mudança radical na política brasileira em 1964. A primeira afirma que, em geral, os regimes caem mais pela própria debilidade interna do que por causa da força da oposição.²⁴

²⁴ Juan Luiz desenvolve este ponto teórico e empiricamente em "The Breakdown of Democratic Regimes" (trabalho preparado para o Sétimo Congresso de Sociologia, Varna, Bulgária, 14-19 de setembro de 1970). Este trabalho e as conferências de Linz sobre a ruptura dos regimes democráticos na Alemanha, Espanha e Itália fornecem um quadro analítico para um trecho substancial da Terceira Parte.

¹⁹ Cf. o Capítulo 8 para uma discussão detalhada da Escola Superior de Guerra do Brasil e seu papel na derrubada do regime democrático, em 1964.

²⁰ Cf. seus trabalhos principais, baseados em suas conferências na ESG, na década de 1950: *Planejamento Estratégico* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955), e *Geopolítica do Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967).

²¹ Entrevista, 29 de agosto de 1968, Rio de Janeiro.

²² As tabelas dos formandos da América Latina, por país, se encontram em Barber e Ronning, *Internal Security and Military Power*, pp. 145 e 149.

²³ Cf. Tabela 11.1, p. 173

Assim, embora não ignore a coalizão de civis e militares que tentou depor Goulart já em 1962, estudo também os "ônus" que incidiam sobre o sistema político e procuro analisar as forças e fraquezas da estratégia governamental para sobrepujar estes ônus.²⁵

A segunda hipótese de trabalho denota que, embora poderosas tensões econômicas e políticas normalmente contribuam para o esfacelamento de um regime, estes fatores macro-sociológicos, por si sós, não levam necessariamente à sua queda. Os fatores difusos e generalizados que exercem pressão sobre o sistema precisam alcançar um ponto crítico pela interação de agentes políticos e problemas importantes ao nível micropolítico. Desta forma, além de estudar os fatores estruturais mais amplos que contribuíram para a ruptura em 1964, é necessário reconstruir a solução real de crises específicas que ocorreram no período da própria revolução. Isto permite aproximar-nos de variáveis decisivas como a qualidade da liderança política individual, o comportamento na solução dos problemas e o impacto decisivo de incidentes específicos altamente simbólicos. A essência de muitas políticas é precisamente aquilo que ocorre neste nível — e que é muitas vezes negligenciado numa análise exclusivamente macropolítica.

²⁵ Como, no Brasil, os três ministros militares foram derrotados habilmente em sua tentativa de impedir que o presidente Goulart assumisse a presidência em 1961, a hipótese de que não cabe ao poderio inerente das forças do governo a responsabilidade da deposição de Goulart parece razoavelmente forte. Discuto fatores de liderança com maior detalhe em meu "Political Leadership and Regime Breakdown: Brazil, 1964" (trabalho preparado para o Sétimo Congresso Mundial de Sociologia, Varna, Bulgária, 14-19 de setembro de 1970).

Capítulo 6

A Crescente Sensação de Crise no Regime, 1961-1964: Seu Impacto sobre o "Padrão Moderador"

INTRODUÇÃO

A tomada do poder pelos militares, em 1964, representou uma ruptura do antigo padrão das relações entre civis e militares e o aparecimento de um novo papel para estes na sociedade brasileira. Neste livro, minha argumentação principal é que a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político. Por conseguinte, neste capítulo, procuro ilustrar como a mudança do papel dos militares se relacionava basicamente com alterações maiores no sistema político. No período entre 1961 e 1964, desenvolveu-se no Brasil uma crescente sensação de crise, à medida que maiores ônus econômicos e a mobilização social levaram muitos políticos da direita e da esquerda a achar que o próprio regime era inoperante. A crença generalizada na crise iminente desempenhou um papel decisivo na erosão dos limites do ativismo militar que até agora haviam impedido que os militares assumissem o controle do governo.

Um aspecto central do papel moderador é que ele mantém as regras gerais do jogo político. Mas, quando estas regras são elas mesmas amplamente questionadas por muitos protagonistas políticos, o papel de moderador ou árbitro torna-se menos importante ou praticável. Se, por exemplo, os políticos acreditam que o regime é inoperante, torna-se muito mais difícil resolver a questão de quem deveria receber o poder político depois da deposição do presidente. Abre-se claramente o caminho para os militares assumirem um novo papel político na sociedade: o de dirigente em vez de moderador do sistema político. Se os próprios militares acham que deve ser adotado um novo conjunto de medidas, seu papel pode mudar de mantenedor para transformador do sistema.

Os próprios processos de agravamento dos conflitos econômicos, sociais e ideológicos, no período de 1961 a 1964, gerou entre um número bastante significativo de oficiais um sentimento de insegurança institucional, atitudes autoritárias e desejos de transformar o sistema, que se coadunavam cada vez menos com as premissas básicas do padrão moderador das relações civis. Antes de examinar a reação dos militares a este ambiente político em mudança, é necessário analisar, com algum detalhe, estas próprias mudanças. No nível mais amplo, podemos classificar as mudanças do sistema político brasileiro, entre 1961 e 1964, da seguinte maneira: 1) um crescente índice de reivindicações políticas e econômicas ao governo; 2) um decréscimo da capacidade extrativa decorrente do declínio do crescimento econômico; 3) um decréscimo da capacidade política de converter as reivindicações em